



**SETE  
LAGOAS**  
PREFEITURA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SETE LAGOAS

**EXMO. SR. CONSELHEIRO RELATOR DOS AUTOS DO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1.110.146 (DENÚNCIA) EM TRÂMITE PERANTE A 2ª CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS.**

**PROCESSO Nº 1.110.146**

**OFÍCIOS Nº 721/2022 E Nº 722/2022 – SECRETARIA DA 2ª CÂMARA**

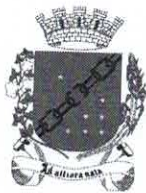
**ITAMAR COTA PIMENTEL e RAFAEL OLAVO DE CARVALHO**, ambos já qualificados nos autos do processo em epígrafe, em atenção ao r. despacho de fls., vêm respeitosamente à presença de Vossa Excelência, apresentar suas manifestações, em forma de defesa, acerca da denúncia apresentada pela empresa TOPPUS SERVIÇOS TERCEIRIZADOS EIRELI, pelo que passa a expor e ao final requerer:

#### **DA SÍNTESE DOS FATOS**

O presente processo refere-se a uma Denúncia oferecida pela empresa TOPPUS SERVIÇOS TERCEIRIZADOS EIRELI, em face do Processo Licitatório nº 070/2021, Pregão Presencial nº 016/2021, Registro de Preços nº 029/2021, cujo objeto consiste na *"contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra terceirizada, para atender as necessidades da rotina administrativa da Secretaria Municipal de Administração, nos termos solicitados pela Secretaria Municipal de Fazenda, Administração, Planejamento, Tecnologia e Comunicação Social. Atuam como partícipes neste processo a Secretaria Municipal de Educação, Esportes e Cultura e a Secretaria Municipal de Saúde"*.

A empresa TOPPUS SERVIÇOS TERCEIRIZADOS EIRELI requereu a suspensão liminar do certame, alegando, em síntese, que (i) a empresa ARCOLIMP Serviços Gerais Ltda. teve seus envelopes de habilitação recebidos pela Pregoeira após o horário estipulado no edital; e (ii) que a ora denunciante fora irregularmente desclassificada, pois apresentou proposta de preços mais vantajosa para a Administração Pública e atendeu a todos os requisitos de habilitação.





# SETE LAGOAS

PREFEITURA

Ao analisar a denúncia, o Excelentíssimo Conselheiro Relator, entendeu que "a Administração reuniu elementos suficientes para concluir pela inexecutabilidade da proposta de preços apresentada, uma vez que não apenas itens isolados apresentaram valores irrisórios, mas sim módulos inteiros da cotação de preços, especialmente quanto a seus percentuais de custos indiretos e lucros", bem como que "a habilitação da empresa ARCOLIMP observou o princípio do formalismo moderado, de modo que a sua inabilitação, em razão de atraso de apenas sete minutos, ainda não tendo sido iniciada a sessão do certame, iria de encontro à ampla participação de licitantes e seleção da proposta mais vantajosa à Administração".

Diante disso, o Relator não concedeu a cautelar pleiteada e determinou o prosseguimento normal da denúncia, com a intimação da Pregoeira e do Sr. Rafael Olavo de Carvalho, Secretário Municipal de Fazenda, Administração, Planejamento, Tecnologia e Comunicação Social, para encaminharem o inteiro teor das fases interna e externa do Processo Licitatório e, em seguida, o envio dos autos à Coordenadoria de Fiscalização de Editais de Licitação para análise da presente Denúncia e formulação de eventuais apontamentos complementares.

A Coordenadoria de Fiscalização de Editais de Licitação, **ao comparar** a Proposta Comercial da empresa TOPPUS com a Proposta Comercial da empresa ARCOLIMP, manifestou que em relação à desclassificação da empresa TOPPUS Serviços, entende que a denúncia é procedente, uma vez que se trata de um erro material no preenchimento da proposta vencedora.

## DA DEFESA

### I – DO JULGAMENTO DOS RECURSOS

Primeiramente, URGE ressaltar que em nenhum momento a Administração Municipal **comparou a Proposta Comercial apresentada pela empresa TOPPUS com a Proposta Comercial apresentada pela empresa ARCOLIMP para fins de proceder com a desclassificação da empresa TOPPUS.**

Tanto o Secretário Municipal de Fazenda, Administração, Planejamento, Tecnologia e Comunicação Social, quanto o Consultor de Licitações e Compras ora subscreventes, analisaram o teor dos recursos apresentados pelas licitantes ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA, MEGA CONSTRUTORA E SERVIÇOS EIRELI, PLANEJAR TERCEIRIZAÇÃO E SERVIÇOS S.A, CONSERVO SERVIÇOS GERAIS LTDA e G F DA SILVA COMÉRCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, bem como as contrarrazões apresentadas pela TOPPUS, para firmarem o entendimento acerca da desclassificação da TOPPUS.





As recorrentes alegaram que a licitante TOPPUS SERVIÇOS TERCEIRIZADOS EIRELI apresentou proposta inexecutável em razão de não ter cotado uniforme e os Equipamentos de Proteção Individual – EPI's, bem como que cotou benefícios de forma equivocada para o cargo de vigia e telefonista, não cotou plano de saúde e plano odontológico para o cargo de motorista de máquinas pesadas e, ainda, que **considerou apenas 0,10% a título de custos indiretos e 0,10% a título de lucro, totalizando o valor de R\$ 2.995,85 por mês**, o que não é suficiente para arcar com os equívocos da sua proposta.

A recorrente ORBENK alegou ainda que a TOPPUS utilizou um percentual de 0,06% na rubrica denominada "Multa do FGTS" sem apresentar qualquer justificativa ou memória de cálculo, o que configura grave erro na composição de custos para a rescisão, já que o valor correto, previsto em lei, para essa rubrica é o cálculo de 40% de multa sobre o FGTS – 8% - perfazendo o percentual de 3,20% ( $40\% \times 8\% = 3,20\%$ ), o que mais uma vez comprova que a taxa de lucro e de custos indiretos, somados, perfazem o montante de apenas 0,20%, o que matematicamente comprova que a empresa não tem margem para sequer absorver os 3,14% referentes a essa rubrica.

A denunciante TOPPUS apresentou contrarrazões refutando todas as alegações apresentadas pelas recorrentes, as quais destacamos as seguintes:

(...)

Cabe mencionar que a recorrida ao participar do referido pregão, assume o compromisso com o cumprimento aos requisitos de habilitação, bem como conformidade da proposta com as exigências do Edital.

As planilhas de composições de preços foram adequadas ao padrão constante no edital, respeitando todos os encargos legais.

Ora, as referidas tabelas são parte integrante do Termo de Referência e **correspondem aos itens obrigatórios a serem fornecidos pela licitante que firmar contrato com a Administração e não obrigação da licitante que ainda não celebrou qualquer contrato.** Bem como todos os demais itens do Termo de Referência, esses também foram considerados, em sua integralidade, no preço final apresentado pela recorrida.



Assim é que os tribunais pátrios vêm orientando os administradores a evitar, no julgamento das propostas, a desclassificação daquelas que contenham **defeitos sanáveis e valores mais vantajosos, como forma de prestigiar os princípios da Supremacia e do Interesse Público, da Economicidade e Eficiência, em detrimento ao apego exacerbado às formas e aplicação irrestrita do princípio da vinculação ao instrumento convocatório.**

Nessa linha, sinaliza o **Tribunal de Contas da União** que os **erros ou omissões no preenchimento de planilhas de custo não devem ensejar, por si só, a desclassificação do licitante, sendo possível a correção das inconsistências, desde que mantido o valor global proposto e que este valor seja suficiente para arcar com todos os custos da contratação (exequibilidade).**

19.2.4 – A CONTRATADA deverá disponibilizar ao Contratante os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual – EPI, quando for o caso.

De fato, deve ser obrigação da contratada, porém, não há qualquer contrato em andamento para a recorrente tá fazendo cobrança do fardamento. Uma coisa é a obrigação da contratada, outra coisa é se ela vai cobrar por isso.

Ora, as referidas tabelas são parte integrante do Termo de Referência e **correspondem aos itens obrigatórios a serem fornecidos pela licitante que firmar contrato com a Administração e não obrigação da licitante que ainda não celebrou qualquer contrato.** Bem como todos os demais itens do Termo de Referência, esses também foram considerados, em sua integralidade, no preço final apresentado pela recorrida.

Cabe trazer à baila, que o preço ofertado pela empresa recorrida foi o mais barato entre todas as licitantes. Não se pode olvidar que





o propósito da administração pública é a persecução da proposta mais vantajosa, afim de preservar o interesse público e a eficiência na contratação. Por assim dizer, uma vez demonstrado a capacidade financeira para execução do objeto contratual e a vantajosidade no valor ofertado, não é razoável manter uma proposta mais onerosa por caprichos formais, como quer a empresa recorrente.

No mesmo sentido, o Tribunal de Contas da União tem prevalecido o entendimento de que não se deve desclassificar propostas de licitante pelo descumprimento de exigência pouco relevantes. Conforme julgamento do Acórdão 11907/2011 – Segunda Câmara Dada da sessão 06/12/2011 Relator AUGUSTO SHERMAN.

(...)

Na decisão dos recursos interpostos em face da classificação da empresa TOPPUS, destacamos que o preenchimento das planilhas por parte das licitantes deve observar todas as exigências previstas no Edital, bem como nas respostas aos questionamentos realizados, uma vez que essas incorporam ao instrumento convocatório.

**Destacamos, ainda, que “o preenchimento com valores simbólicos e/ou zerados não demonstram realmente o verdadeiro custo que a licitante terá com a contratação da mão de obra com dedicação exclusiva, portanto, o aparente melhor preço ofertado por uma licitante que não observou os critérios legais para composição da planilha de custo não pode ser considerado como a proposta mais vantajosa para a Administração Pública”.**

A Secretaria Municipal de Fazenda, Administração, Planejamento, Tecnologia e Comunicação Social, demonstrou que a empresa TOPPUS não cotou nas planilhas de custo e formação de preços o uniforme para os empregados, apresentou zerado o “módulo 5 – Insumos Diversos”, apresentou percentuais praticamente zerados para os “Módulos 3 – Provisão para Rescisão e 4 – Custos de Reposição do Profissional Ausente” e apresentou valores irrisórios para Custos Indiretos e Lucros.

Nesse diapasão, concluímos que a empresa TOPPUS não observou as disposições contidas no § 3º, do artigo 44, da Lei Federal nº 8.666/1993 (Lei das Licitações), o que já é suficiente para inadmitir a proposta comercial apresentada pela licitante e declarar a sua desclassificação do certame.





# SETE LAGOAS

PREFEITURA

Com a devida vênia, diferentemente do que foi defendido pela empresa TOPPUS, bem como do entendimento externado pela colenda Coordenadoria de Fiscalização de Editais de Licitação, *in casu*, não se trata de manter uma proposta mais onerosa por caprichos formais, ou da desclassificação de propostas de licitante pelo descumprimento de exigência pouco relevantes, **haja vista que não há possibilidade da licitante TOPPUS SERVIÇOS TERCEIRIZADOS corrigir os erros cometidos na elaboração da sua proposta comercial sem interferir no valor final da contratação.**

Por fim, é mister ressaltar que o Excelentíssimo Conselheiro Relator, Dr. Wanderley Ávila, ao examinar a denúncia, teve o mesmo entendimento do Secretário Municipal de Fazenda, Administração, Planejamento, Tecnologia e Comunicação Social e do Consultor de Licitações e Compras, vejamos:

De fato, compreendo que a conclusão pela inexecutabilidade da proposta de preços apresentada por determinado licitante exige, de início, que seja oportunizado ao licitante a possibilidade de justificar os valores apresentados, entretanto, não vislumbro, nos autos, elementos capazes de configurar a irregularidade da presente desclassificação, não sendo demonstrada a exequibilidade dos preços praticados em sua proposta. (grifo nosso)

Em que pese ser a desclassificação medida excepcional, conforme despacho de julgamento dos recursos citado acima, verifico que a Administração reuniu elementos suficientes para concluir pela inexecutabilidade da proposta de preços apresentada, uma vez que não apenas itens isolados apresentaram valores irrisórios, mas sim módulos inteiros da cotação de preços, especialmente quanto a seus percentuais de custos indiretos e lucros. (grifo nosso)

Portanto, nesse ponto, não vislumbro elementos capazes de justificar a concessão da medida cautelar pleiteada.

## II – DA AUSÊNCIA DE DOLO OU ERRO GROSSEIRO

Diante do acima exposto e da documentação acostada aos autos, resta comprovado com clareza solar que não houve dolo e nem erro grosseiro no julgamento dos recursos interpostos contra o ato da Pregoeira que declarou a licitante TOPPUS como vencedora do certame, portanto, não há se falar em responsabilidade pessoal dos agentes públicos responsáveis pelo procedimento licitatório.



**SETE  
LAGOAS**  
PREFEITURA

## **DOS PEDIDOS**

*Ex positis*, impugnado *in totum* os fatos alegados na denúncia apresentada pela empresa TOPPUS SERVIÇOS TERCEIRIZADOS EIRELI, é a presente para requerer Vossas Excelências se dignem a julgá-la TOTALMENTE IMPROCEDENTE.

Nestes Termos.

Pedimos e esperamos deferimento.

Sete Lagoas, 21 de fevereiro de 2.022.

ITAMAR COTA PIMENTEL

RAFAEL OLAVO DE CARVALHO